



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133/2021 – Dispensa Eletrônica

DO ÓRGÃO DEMANDANTE

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Parnaguá – PI.

CNPJ.: 06.554.265/0001-18

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Administração

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de WebTV para produção de reportagens de vídeo e repercussão jornalística das ações da Prefeitura de Parnaguá – PI.

Base Legal: Lei nº 14.133/2021

Responsável pela Demanda: Zeno Rulka Júnior

1. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 72, da Lei nº 14.133/2021. A contratação direta está prevista no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.

2. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de WebTV para produção de reportagens de vídeo e repercussão jornalística das ações da Prefeitura de Parnaguá – PI, para atender às demandas da municipalidade, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se:

- Na Lei Federal nº 14.133/2021;
- No art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (Dispensa de Licitação em razão do valor), observados os limites legais vigentes;
- Na necessidade de fortalecimento da comunicação institucional da Administração Pública Municipal;
- Na necessidade de divulgação de ações, programas, campanhas institucionais e prestação de contas à sociedade;
- Na inexistência, no quadro funcional do Município, de equipe técnica especializada suficiente para atendimento integral da demanda.

O Município de Parnaguá informa que ainda não possui Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído, razão pela qual a presente contratação não consta em referido instrumento de planejamento, sem prejuízo da demonstração da necessidade administrativa.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender à necessidade permanente da Administração Municipal quanto à comunicação institucional, publicidade legal informativa, relacionamento com veículos de comunicação, cobertura jornalística de ações governamentais e fortalecimento da transparência pública.



A ausência de assessoramento técnico especializado pode comprometer:

- A divulgação eficiente das ações institucionais;
- A comunicação entre Administração e população;
- A imagem institucional do Município;
- O cumprimento dos princípios da publicidade e transparência administrativa;
- A adequada cobertura de atos, eventos e campanhas públicas.

Assim, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para suporte técnico e operacional das atividades de comunicação institucional.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços técnicos de assessoria de imprensa e comunicação institucional, compreendendo:

- Planejamento estratégico de comunicação;
- Produção de releases e matérias institucionais;
- Cobertura jornalística de eventos;
- Gerenciamento de relacionamento com a mídia;
- Produção de conteúdo institucional;
- Apoio à comunicação digital;
- Monitoramento de imagem institucional;
- Divulgação de campanhas institucionais;
- Elaboração de relatórios de mídia e desempenho.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- Possuir experiência comprovada na prestação de serviços compatíveis com o objeto;
- Disponibilizar equipe técnica qualificada;
- Manter sigilo das informações institucionais;
- Atender às demandas da Administração em tempo hábil;
- Possuir regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;
- Cumprir integralmente as normas da Lei nº 14.133/2021.

7. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD
01	Prestação de serviços de WebTV para produção de reportagens de vídeo e repercussão jornalística das ações da Prefeitura de Parnaíba – PI, para atender às demandas da municipalidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.	Mês	12

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada foi definida considerando a necessidade contínua da Administração Municipal durante o período de 12 (doze) meses.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

O valor estimado da contratação será definido mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se:

- Contratações similares de outros entes públicos;
- Pesquisa junto a fornecedores;
- Paineis de preços governamentais;
- Banco de preços públicos.

Valor estimado global: **R\$ 45.600,00.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI

Unidade Orçamentária: Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: FPM / ICMS / ISS / OUTROS - Recursos do Tesouro Municipal.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução ocorrerá de forma contínua, conforme demandas da Administração Municipal, incluindo:

- Atendimento presencial e remoto;
- Cobertura de eventos oficiais;
- Produção periódica de conteúdos;
- Atendimento às solicitações do Gabinete do Prefeito;
- Entrega de relatórios mensais das atividades executadas.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização contratual será realizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe:

- Acompanhar a execução contratual;
- Verificar a qualidade dos serviços;
- Emitir relatórios de fiscalização;
- Solicitar correções quando necessário;
- Atestar notas fiscais para pagamento.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, mediante:

- Apresentação da Nota Fiscal;
- Relatório de execução dos serviços;
- Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

- Atesto do fiscal do contrato.

O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

15. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção ocorrerá por meio de Dispensa Eletrônica, adotando-se o critério de julgamento:

MENOR PREÇO GLOBAL

Poderão participar empresas legalmente constituídas e que atendam às exigências deste Termo de Referência.

16. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE HABILITAÇÃO

16.1 Habilitação Jurídica

- Contrato Social ou Requerimento de Empresário;
- Documento de identificação do representante legal;
- Comprovante de inscrição no CNPJ.

16.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certidão FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.3 Qualificação Técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto;
- Comprovação de aptidão para execução de serviços similares.

16.4 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência e concordata.

16.5 Declarações

- Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições do edital/TR.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

- Executar os serviços conforme especificações;
- Manter equipe qualificada;
- Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- Manter regularidade fiscal durante toda a execução;
- Corrigir falhas identificadas pela fiscalização;
- Não transferir a terceiros o objeto contratado sem autorização.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

- Fornecer informações necessárias à execução;
- Fiscalizar os serviços;
- Efetuar os pagamentos devidos;
- Designar fiscal do contrato.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade.

Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá adotar práticas sustentáveis, sempre que possível, incluindo:

- Uso racional de recursos;
- Preferência por documentos digitais;
- Redução de impressão de materiais;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos.

21. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida subcontratação integral do objeto.

22. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser alterado conforme hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

22. MAPA DE RISCOS

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Falha na execução dos serviços	Média	Alto	Fiscalização contínua e acompanhamento mensal	Fiscal do Contrato
Atraso na entrega de conteúdos	Média	Médio	Definição de cronograma e cobrança formal	Contratada
Descontinuidade dos serviços	Baixa	Alto	Aplicação de sanções e acompanhamento contratual	Administração
Divulgação inadequada de informações	Baixa	Alto	Revisão prévia dos conteúdos institucionais	Contratada/Fiscal



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI

Fls. _____

Ass. _____

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS	RESPONSÁVEL
Descumprimento contratual	Média	Alto	Fiscalização permanente e penalidades legais	Administração

24. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente viável, considerando que os serviços possuem natureza integrada e interdependente, cuja execução por múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização, eficiência e unidade da comunicação institucional.

25. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se alcançar:

- Melhor comunicação entre Administração e população;
- Maior transparência institucional;
- Fortalecimento da imagem pública do Município;
- Divulgação eficiente das ações governamentais;
- Maior alcance das campanhas institucionais.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, visando assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência da contratação pública.

Parnaíba - PI, 20 de maio de 2026.

Responsável pelo TR:

Zeno Rulka Júnior
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº. 001/2025-PMP/PI